



CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA

TARDE

AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS - AUDITORIA CONTÁBIL E FINANÇAS PÚBLICAS

PROVA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

Observe o período abaixo, em discurso direto:

“Eu perguntei ao ministro: – V. Ex^a trouxe consigo o dinheiro que lhe emprestei ontem?”

Se passarmos esse mesmo período para o discurso indireto, a única modificação NÃO cabível é:

- (A) “S. Ex^a” em lugar de “V. Ex^a”;
- (B) “com ele” em lugar de “consigo”;
- (C) “trouxera” em lugar de “trouxe”;
- (D) “na véspera” em lugar de “ontem”;
- (E) a conjunção “se” em lugar dos dois pontos e do travessão.

2

Nas opções abaixo há a indicação de um tipo de texto, suas marcas essenciais e exemplos desses textos; a opção em que os exemplos de textos citados correspondem ao tipo inicialmente apontado, é:

- (A) injuntivo – indicação de ordens ou conselhos / receitas;
- (B) explicativo – fazer compreender algo / romance policial;
- (C) argumentativo – defesa ou ataque a uma ideia / texto de horóscopo;
- (D) descritivo – descrição de objetos distintos / publicidade de um produto;
- (E) narrativo – relato de fatos em ordem cronológica / comentário jornalístico.

3

Observe o seguinte capítulo do romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis:

“Pádua era empregado em repartição dependente do ministério da guerra. Não ganhava muito, mas a mulher gastava pouco, e a vida era barata. Demais, a casa em que morava, assobradada como a nossa, posto que menor, era propriedade dele. Comprou-a com a sorte grande que lhe saiu num meio bilhete de loteria, dez contos de réis. A primeira ideia do Pádua, quando lhe saiu o prêmio, foi comprar um cavalo do Cabo, um adereço de brilhantes para a mulher, uma sepultura perpétua de família, mandar vir da Europa alguns pássaros, etc.; mas a mulher, esta D. Fortunata que ali está à porta dos fundos da casa, em pé, falando à filha, alta, forte, cheia, como a filha, a mesma cabeça, os mesmos olhos claros, a mulher é que lhe disse que o melhor era comprar a casa, e guardar o que sobrasse para acudir às moléstias grandes. Pádua hesitou muito; afinal, teve de ceder aos conselhos de minha mãe, a quem D. Fortunata pediu auxílio. Nem foi só nessa ocasião que minha mãe lhes valeu; um dia chegou a salvar a vida do Pádua. Escutai; a anedota é curta.

O administrador da repartição em que Pádua trabalhava teve de ir ao Norte, em comissão. Pádua, ou por ordem regulamentar, ou por especial designação, ficou substituindo o administrador com os respectivos honorários. Esta mudança de fortuna trouxe-lhe certa vertigem; era antes dos dez contos. Não se contentou de reformar a roupa e a copa, atirou-se às despesas supérfluas, deu joias à mulher, nos dias de festa matava um leitão, era visto em teatros, chegou aos sapatos de verniz. Viveu assim vinte e dois meses na suposição de uma eterna interinidade”.

Sobre a esquematização do tempo nesse fragmento narrativo, é correto afirmar que:

- (A) o texto mostra uma evolução cronológica contínua dos fatos narrados;
- (B) ocorre no texto acima uma prolepse, ou seja, uma antecipação das ações futuras;
- (C) parte do fragmento textual mostra uma pausa, ou seja, um momento em que a ação narrativa para;
- (D) entre os fatos narrados no texto há uma elipse de tempo, quando se salta de um momento a outro na sequência;
- (E) o fragmento mostra a esquematização básica dos textos narrativos: uma situação inicial, um elemento perturbador, os fatos ou acontecimentos e uma resolução final.

4

Observe o texto jornalístico a seguir (texto 1).

“A operação saída para este longo final de semana, que começa com o dia de Nossa Senhora de Aparecida, e a coincidência com a festa de ontem à noite provocaram um grande colapso circulatório no Rio de Janeiro durante toda a tarde, de modo que as principais vias de saída da cidade não puderam suportar os mais de quinhentos mil automóveis que se previa que sairiam, e o caos durou até as primeiras horas da madrugada.”

Esse pequeno texto mostra um conjunto de problemas de escritura; o problema identificado abaixo que NÃO ocorre nesse texto, é:

- (A) poderia haver uma separação de termos com o auxílio de pontos após “tarde” e “sairiam”;
- (B) alguns adjetivos são supérfluos, como “grande”, já que nada acrescenta ao texto;
- (C) algumas expressões ou termos podem ser retirados sem prejuízo do texto, como “a coincidência com” e “da cidade”;
- (D) trata-se de um período extremamente longo, que poderia ter esse problema reduzido com a substituição de termos ou eliminação de elementos inúteis;
- (E) o texto mostra muitas orações subordinadas, como “que começa com o dia de Nossa Senhora de Aparecida” ou “que se previa que sairiam” que poderiam ser substituídas por termos de menor extensão.

5

Na língua portuguesa há um grande número de locuções ou frases feitas amplamente usadas; entre as opções abaixo, aquela que NÃO tem o seu sentido indicado de forma correta, mas o oposto, é:

- (A) arrear caminho / afastar-se;
- (B) ter as costas quentes / sentir-se protegido;
- (C) ser fogo de palha / entusiasmo passageiro;
- (D) andar num cortado / estar em dificuldades;
- (E) pôr alguém nas nuvens / exaltar uma pessoa.

6

Eis um famoso segmento do *Sermão da Sexagésima*, do Padre Antônio Vieira (texto 2):

“Eis que o que semeia saiu a semear’. Diz Cristo, que saiu o pregador evangélico a semear a palavra divina. Bem parece este texto dos livros de Deus. Não só faz menção do semear, mas também faz caso do sair: *Exiit* (saiu), porque no dia da messe hão-nos de medir a semente e hão-nos de contar os passos. O mundo, aos que lavrais com ele, nem vos satisfaz o que dispendeis, nem vos paga o que andais. Deus não é assim. Para quem lavra com Deus até o sair é semear, porque também das passadas colhe fruto. Entre os semeadores do Evangelho há uns que saem a semear, há outros que semeiam sem sair. Os que saem a semear são os que vão pregar à Índia, à China, ao Japão; os que semeiam sem sair, são os que se contentam com pregar na pátria. Todos terão sua razão, mas tudo tem sua conta. Aos que têm a seara em casa, pagar-lhes-ão a semente; aos que vão buscar a seara tão longe, hão-lhes de medir a semente e hão-lhes de contar os passos”.

A afirmação que está em acordo com o que é lido no fragmento acima, é:

- (A) o pregador diz que “Deus não é assim” porque Deus consegue ver o que os homens não veem;
- (B) todos os que semeiam a palavra divina receberão sua paga, pelo que fizeram e também pelo esforço empregado;
- (C) ao designar o semeador como “o que semeia”, no texto evangélico, o autor prioriza o que é a pessoa, acima do que ela faz;
- (D) o sermão faz uma comparação entre os pregadores que saem e os que ficam na pátria, mostrando a justiça de Deus ao julgá-los de forma idêntica;
- (E) nas cinco primeiras linhas do texto, o orador faz uma interpretação do texto citado ao início, mostrando o valor lógico das palavras empregadas.

7

Uma das tarefas mais complicadas na escritura é a seleção adequada de palavras utilizadas nos textos.

A opção abaixo em que a crítica indicada sobre o uso de palavras no texto dado NÃO é pertinente, é:

- (A) “Um tema pelo qual estou interessado é o relacionado com os efeitos que provoca a droga a nível desportivo.” / utilização de termos desnecessários;
- (B) “Em muitas partes do corpo como são as mãos, as orelhas e os pés, estão representados todos os órgãos e partes do corpo, como mostra a reflexologia.” / repetição de palavras idênticas;
- (C) “O projeto governamental não foi aprovado no Senado, a despeito dos esforços dos partidos governistas, em função da grande pressão popular.” / utilização de conectores inadequados;
- (D) “As coisas apresentadas na exposição tinham aspecto interessante, mas a ausência de público prejudicou o bom evento.” / emprego de palavras demasiadamente gerais ou de significado impreciso;
- (E) “O aprofundamento dos debates paralelamente às novas contribuições trazidas pelos parlamentares pode dar solução ao problema das moradias.” / utilização de palavras abstratas em lugar das concretas e de vocábulos mais longos em lugar dos mais curtos.

8

Observe a seguinte frase:

“Se as crianças se entretessem, a babá não teria intervindo para lhes auxiliar na brincadeira”.

Nessa frase, o(s) erro(s) existente(s) é(ão):

- (A) apenas na conjugação do verbo “intervir”;
- (B) apenas na conjugação do verbo “entretreter”;
- (C) na conjugação do verbo “entretreter” e na regência de “auxiliar”;
- (D) na conjugação do verbo “entretreter” e na colocação do pronome “lhes”;
- (E) na conjugação dos verbos “entretreter” e “intervir” e na regência do verbo “auxiliar”.

Texto 3

<p>“De origem ainda incerta, o pão, base da alimentação da quase totalidade dos seres humanos, é conhecido desde o período Neolítico. Inicialmente, era feito de grãos de cereais triturados com pedras, amassado com água e colocado sobre pedras quentes ou debaixo de cinzas para assar, o que resultava em um pão achatado, duro e seco”.</p>

9

A função de linguagem predominante no texto 3 é:

- (A) metalinguística, pois explica a origem do vocábulo “pão”;
- (B) emotiva, pois mostra opiniões pessoais de quem escreve;
- (C) poética, pois constrói o texto com preocupações estéticas;
- (D) referencial, pois fornece dados reais sobre a história do pão;
- (E) conativa, pois tenta convencer o leitor das informações dadas.

10

“Inicialmente, era feito de grãos de cereais triturados com pedras, amassado com água e colocado sobre pedras quentes ou debaixo de cinzas para assar, o que resultava em um pão achatado, duro e seco.”

O problema de escritura que ocorre nesse segmento do texto 3, é:

- (A) uma possível ambiguidade;
- (B) a ocorrência de um erro de ortografia;
- (C) a presença de oralidade na língua escrita;
- (D) o excesso de adjetivos, alguns dispensáveis;
- (E) a existência de redundâncias desnecessárias.

11

A frase abaixo em que a concordância verbal está inadequada, é:

- (A) Quantos anos haverá que ela nos visitou?;
- (B) Deve ir em cinco anos que viajei para a Europa;
- (C) Cinco anos está fazendo que nos encontramos;
- (D) Deve estar passando dois minutos das seis horas;
- (E) Há de fazer duas semanas que comprei o carro novo.

12

Todas as frases abaixo mostram um termo sublinhado, que é retomado no decorrer do texto; a opção em que essa retomada é identificada corretamente, é:

- (A) Toninho vem de contar-nos uma história estranha. Essa história se passa no início do século passado. / retomada por meio de um mesmo nome com um determinante demonstrativo;
- (B) Bruna mostra neste momento um grande entusiasmo por seu novo trabalho. Seu engajamento favorece, sem dúvida, seu progresso profissional na empresa. / retomada por meio de um termo genérico, acompanhado de um pronome possessivo;
- (C) A neve começou a cair e algumas horas mais tarde tudo estava coberto. Um imenso tapete branco se estendia a perder de vista. / retomada por meio de um termo sintético, precedido de um indefinido;
- (D) João acabou de comprar duas canetas, três lápis e um caderno pautado. Ele necessita desses artigos para o trabalho que está fazendo. / retomada por meio de um sinônimo, precedido de um demonstrativo;
- (E) A escrita data de muitos séculos. Sabem vocês a que data se localiza o primeiro alfabeto? / retomada por meio de termo relacionado.

13

Observe o texto a seguir (texto 4).

“Os visitantes falam alto e esquecem que eles estão num hospital apesar dos avisos em cartazes que lhes pedem respeito pelos pacientes. Além disso levam seus filhos para esse meio cheio de micróbios, ignorando que essas pobres crianças correm risco de graves contaminações. Às vezes eles trazem comida, acreditando estar fazendo um bem, e a dão aos doentes com risco de agravamento de seus casos.”

A respeito do texto, é correto afirmar que:

- (A) trata-se de um texto publicitário, com a intenção de serem corrigidos alguns problemas nos hospitais;
- (B) o autor do texto denuncia alguns comportamentos negativos, mas não especifica os males causados;
- (C) o texto procura informar visitantes dos hospitais sobre os problemas causados por eles, apoiando-se em argumentos de opiniões;
- (D) a escritura do texto não mostra qualquer intromissão do enunciador nos fatos indicados;
- (E) no fundo, o texto critica fundamentalmente a má administração dos hospitais, pela falta de fiscalização e pela falta de informações nos cartazes espalhados pelos corredores.

14

A linguagem que empregamos nos textos que produzimos pode ser do registro formal ou do registro informal, segundo o ambiente comunicativo.

A frase abaixo que se enquadra no registro informal, é:

- (A) Segunda-feira, os pilotos darão a partida para mais uma etapa do campeonato;
- (B) Repentinamente, o mau tempo se espalhou por quase todos os estados brasileiros;
- (C) O candidato compreendeu as razões pelas quais ele não foi aprovado no concurso;
- (D) A despeito das intensas investigações, a polícia não chegou a localizar as armas roubadas do arsenal;
- (E) Por mais que a gente combata a corrupção, parece que esse mal sempre reaparece, tão arraigado está entre nós.

15

Observe o texto a seguir (texto 5).

“O poder da música. A música tem um poder tal, que, após muitas lendas, ela certamente foi criada pelos próprios deuses. Os gregos da Antiguidade contavam que Orfeu tinha recebido o dom da música da mão dos deuses. Ele tocava tão bem a lira, que sua música podia encantar as árvores, as montanhas e as próprias feras. Enquanto tais mitos celebram as origens divinas do som, outros celebram seu poder criador. Assim, um canto polinésio conta que o mundo foi criado pelas canções do deus Taaroa. Outrora, associava-se à música os poderes mágicos que influenciavam a vida cotidiana. Existem ainda, para todas as épocas do calendário rural, cantos que homenageavam os pastores. Há também cantos mais utilitários como as canções de navegação que serviam para ritmar esforços dos marinheiros.” (Nathan, *A música*)

A opção abaixo em que um dos termos indicados – na ordem em que aparecem no texto – NÃO se refere ao tema da música, é:

- (A) som / seu;
- (B) A música / ela;
- (C) música / a lira;
- (D) música / mitos;
- (E) canto / canções do deus Taaroa.

Língua Inglesa

READ THE TEXT AND ANSWER QUESTIONS 16 TO 20:

Audit data analytics, machine learning, and full population testing

Technologies are evolving at an unprecedented pace and pose significant challenges and opportunities to companies and related parties, including the accounting profession. In today's business environment, it is inevitable for companies to react quickly to changing conditions and markets. Many companies are seeking better ways to utilize emerging technologies to transform how they conduct business. We live in an age of information explosion, with technologies capable of making revolutionary changes in various industries and reshaping business models. At present, many companies view data as one of their most valuable assets. They amass an unprecedented amount of data from their daily business operation and strive to harness the power of data through analytics. Emerging technologies like robotic process automation, machine learning, and data analytics also impact the accounting profession. It is important for the profession to understand the impacts, opportunities, and challenges of these technologies.

Specifically, in audit and assurance areas, data analytics and machine learning will lead to many changes in the foreseeable future. Audit sampling is one such potential change. The use of sampling in audits has been criticized since it only provides a small snapshot of the entire population. To address this major issue, this study introduces the idea of applying audit data analytics and machine learning for full population testing through the concept of “audit-by-exception” and “exceptional exceptions.” In this way, the emphasis of audit work shifts from “transaction examination” to “exception examination” and prioritizes the exceptions based on different criteria. Consequently, auditors can assess the associated risk based on the entire population of the transactions and thus enhance the effectiveness and efficiency of the audit process.

Adapted from the introduction to a study published in:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S240591882200006X>

16

In “They amass” (1st paragraph), the pronoun refers to:

- (A) assets;
- (B) changes;
- (C) industries;
- (D) companies;
- (E) technologies.

17

The verb form in “has been criticized” (2nd paragraph) is in the:

- (A) simple past, active voice;
- (B) simple past, passive voice;
- (C) present perfect, active voice;
- (D) present perfect, passive voice;
- (E) present continuous, passive voice.

18

A “foreseeable future” (2nd paragraph) is one that:

- (A) must be sudden;
- (B) can be predicted;
- (C) may be forgotten;
- (D) will be depressing;
- (E) should be avoided.

19

Based on the text, mark the statements below as TRUE (T) or FALSE (F):

- () Many companies nowadays tend to overlook data gathering.
- () The accounting profession has managed to resist the impact of technology.
- () In the study mentioned by the text, full population testing is to be preferred to sampling.

The statements are, respectively:

- (A) T; T; F;
- (B) T; F; T;
- (C) F; F; T;
- (D) F; T; T;
- (E) F; T; F.

20

In the sentence “Emerging technologies like robotic process automation” (1st paragraph), “like” expresses:

- (A) appreciation;
- (B) informality;
- (C) preference;
- (D) possibility;
- (E) similarity.

Administração Pública e Políticas Públicas

21

Uma determinada entidade da administração pública, ao emitir uma ordem de serviço, indevidamente, não promoveu a inclusão no Diário Oficial, prejudicando a transparência sobre o processo.

Nessa situação, a organização feriu o princípio básico da administração pública de:

- (A) dignidade humana;
- (B) soberania;
- (C) cidadania;
- (D) livre iniciativa;
- (E) publicidade.

22

Contemporaneamente, é reconhecido que o exercício do controle sobre os serviços públicos tem potencial para incorporar mais ativamente a população, os usuários e os gestores das políticas nos processos de controle. A esse respeito, há o potencial de serem desenvolvidas ações como:

- presença mais direta da população/segmentos sociais diversos na discussão sobre leis e sua aplicação;
- controle social sobre as decisões no Parlamento e no Judiciário, facilitado, por exemplo, pelas TVs;
- utilização de plataformas virtuais para operacionalização da participação cidadã;
- monitoramento de informações, de processos administrativos e de execução de serviços por observatórios sociais;
- participação dos usuários e representantes da sociedade na avaliação da qualidade da gestão e dos serviços.

Nesse contexto, entende-se que a função controle se expandiria por ações sustentadas no conceito de:

- (A) auditoria;
- (B) coprodução;
- (C) eficiência;
- (D) controladoria;
- (E) ouvidoria.

23

Em um determinado contexto no Brasil, a Controladoria Geral do Município (CGM) apresenta-se como central em seu planejamento a ideia de

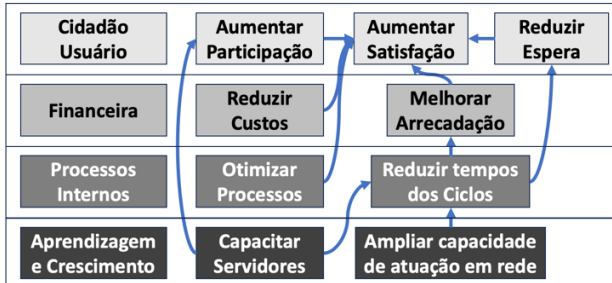
“Ser referência na atuação preventiva, na promoção de ambiente ético e na responsabilização de atos ímprobos junto à Prefeitura, na aplicação de práticas modernas e inovadoras de Controle Interno e na participação social nas atividades de controle interno para a efetividade na Gestão Pública Municipal”.

Considerando-se as noções de planejamento nas organizações públicas, a declaração refere-se ao conceito de:

- (A) missão;
- (B) objetivos;
- (C) recursos;
- (D) valores;
- (E) visão.

Figura 1

Uma determinada organização social atuando na área de saúde pública iniciou a elaboração do seu *balanced score card* (BSC), adaptando a metodologia para a realidade de sua atuação. No BSC elaborado, é possível perceber a adaptação das quatro perspectivas, bem como dos objetivos estratégicos e, posteriormente, seus indicadores.



24

Considerando-se a figura 1 apresentada, um indicador da perspectiva de processos internos é o(a):

- (A) número de funcionários treinados interfunções;
- (B) percentual de redução de custos de armazenamento;
- (C) taxa de capacitação e atualização dos colaboradores;
- (D) percentual de reclamações na prestação do serviço final;
- (E) percentual de redução do prazo de aquisições de insumos.

25

Para a construção do mapa estratégico e dos projetos e planos de ação, os gestores dessa mesma organização (figura 1) deverão levar em consideração questões orientadoras que sempre remetam aos princípios e valores estratégicos compatíveis com cada perspectiva.

É compatível com a perspectiva de aprendizagem e crescimento:

- (A) maximizar capital social com cidadãos;
- (B) aumentar as receitas e melhorar fluxo de caixa;
- (C) melhorar continuamente as atividades dos setores;
- (D) incorporar nos serviços a coprodução com usuários;
- (E) ampliar a capacidade de integração com outros atores.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

26

O Tribunal de Contas do Estado Gama apurou irregularidades em contrato administrativo realizado entre o Município Alfa, localizado no Estado Gama, e determinada empresa prestadora de serviços de engenharia. A Assembleia Legislativa do referido Estado Gama instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), mediante requerimento de dois terços de seus membros, para apurar as irregularidades encontradas.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) a CPI poderá anular o contrato, pois é sua função, concluída a investigação e confirmada a irregularidade;
- (B) a CPI só poderia ter sido instaurada mediante o requerimento da maioria dos membros da Assembleia Legislativa do Estado Gama;
- (C) a Assembleia Legislativa do Estado Gama não tem competência para instaurar CPI, a fim de apurar ato realizado por outro ente federativo, no caso, o Município Alfa;
- (D) a CPI não deveria ter sido instaurada, pois o Tribunal de Contas tem o poder de anular o ato administrativo viciado;
- (E) a CPI não poderia ter sido instaurada pelo Legislativo para apurar ato praticado pelo Executivo, em razão da separação de poderes, ainda que demonstrada a irregularidade.

27

Lei de iniciativa parlamentar do Município Beta criou conselho popular com atribuição de participar do planejamento municipal, fiscalizar a respectiva execução e opinar sobre questões consideradas relevantes.

Diante do exposto, é correto afirmar que a Lei é:

- (A) inconstitucional por violação ao princípio da separação de poderes;
- (B) constitucional, pois a Constituição da República não prevê a regra de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo;
- (C) inconstitucional por violação à regra de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo para criar órgãos da Administração Pública;
- (D) constitucional por observância aos princípios democrático e da separação de poderes;
- (E) inconstitucional por violação ao princípio republicano.

28

“A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).”

Diante do exposto, é correto afirmar que tal assertiva está:

- (A) em desacordo com o entendimento do STF, uma vez que a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais viola o princípio da separação dos poderes;
- (B) de acordo com o entendimento do STF, uma vez que a atuação do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais poderá superar os limites inerentes ao espaço reservado à discricionariedade do administrador;
- (C) em desacordo com o entendimento do STF, uma vez que a decisão judicial não pode apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano para alcançar o resultado;
- (D) de acordo com o entendimento do STF, uma vez que existe “imperativo de tutela”, considerada a forma como a Constituição de 1988 estruturou as garantias instrumentais de organização e procedimento para fins de proteção do direito fundamental à saúde;
- (E) em desacordo com o entendimento do STF, uma vez que o déficit de profissionais da saúde não pode ser suprido pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

29

O Sindicato da Indústria e de Material Plástico do Estado Beta manejou ação direta de inconstitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado Beta, em face de Lei do Município Alfa (localizado no Estado Beta), que dispõe sobre a obrigação de substituição do uso de sacos e sacolas plásticas de lixos por sacos e sacolas ecológicas.

Diante do exposto, é correto afirmar que é:

- (A) materialmente constitucional a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão de a matéria tratar de direito do consumidor e não de direito ambiental;
- (B) formal e materialmente inconstitucional a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão de ofensa à competência estadual para legislar sobre o tema e ao princípio da razoabilidade;
- (C) constitucional – formal e materialmente – a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão da competência dos Municípios sobre matéria protetiva de direito ambiental;
- (D) materialmente inconstitucional a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão da violação ao princípio da livre iniciativa;
- (E) formalmente inconstitucional a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão da competência da União para legislar sobre a matéria.

30

O Ministério Público de Contas do Estado Gama impetrou mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas daquele Estado que determinou a extinção e o arquivamento de representação promovida pelo *Parquet* de Contas para se apurar supostas irregularidades em procedimento licitatório relativo a contrato de edificação da nova sede administrativa do mencionado Tribunal.

Diante do exposto, é correto afirmar que o Ministério Público de Contas:

- (A) tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, em razão de lhe serem conferidas as mesmas prerrogativas jurídicas inerentes, no plano institucional, ao Ministério Público comum;
- (B) não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, em razão da ausência de autonomia institucional do *Parquet* de Contas;
- (C) tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, em razão da existência de autonomia institucional do *Parquet* de Contas;
- (D) não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, em razão da existência de autonomia institucional do *Parquet* de Contas;
- (E) tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, pois há previsão legal autorizando o *Parquet* de Contas a atuar nesse sentido.

Direito Administrativo

31

Sociedade Beta praticou ato lesivo à Administração Pública do Estado Alfa, nos termos do Art. 5º, II, da Lei nº 12.846/2013, na medida em que, comprovadamente, financiou a prática de atos ilícitos previstos na mencionada norma.

Em razão disso, as autoridades administrativas competentes instauraram o respectivo processo administrativo de responsabilização, com fulcro especificamente no aludido diploma legal, por meio do qual, após os trâmites regulares, além da penalidade de multa, na esfera administrativa, pode ser aplicada a sanção de:

- (A) dissolução compulsória da pessoa jurídica;
- (B) suspensão ou interdição de suas atividades;
- (C) publicação extraordinária da decisão condenatória;
- (D) perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração;
- (E) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas.

32

Caso os agentes competentes no regular exercício do poder de polícia administrativa verifiquem que em determinada farmácia estão sendo vendidos medicamentos vencidos, ou seja, fora do prazo de validade, que colocam em risco a saúde da população, cuja apreensão e inutilização tem fundamento legal, tais agentes devem promover a autuação do estabelecimento e, dentre outras medidas cabíveis:

- (A) comunicar a existência dos medicamentos vencidos à polícia militar para que seja possível a apreensão de tais mercadorias;
- (B) comunicar aos órgãos públicos pertinentes, para que seja formulado pleito judicial que possibilite a apreensão de tais mercadorias;
- (C) apreender prontamente os referidos medicamentos vencidos, viabilizando o exercício da ampla defesa e do contraditório de forma diferida;
- (D) notificar o particular para exercer a ampla defesa e o contraditório prévio, a fim de que, só depois, seja viável a apreensão dos aludidos medicamentos vencidos;
- (E) apreender os medicamentos vencidos em questão, sem que haja em qualquer momento a garantia da ampla defesa e do contraditório, diante da gravidade da conduta do particular.

33

Ao estudar para o concurso público de auditor de contas públicas da Controladoria Geral do Estado da Paraíba, Douglas teve que se aprofundar no sistema de controle interno do mencionado ente federativo, na forma constante da Lei Estadual nº 11.264/2018, vindo a concluir corretamente que:

- (A) qualquer processo conduzido para o exercício da autotutela da Administração Pública, para fins da mencionada norma, deve ser considerado controle interno, a despeito da realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade no âmbito da respectiva estrutura de governança;
- (B) o sistema de controle interno deve ser articulado por um Órgão Central, tendo como referência o modelo de três linhas de defesa, sendo que a primeira linha de defesa é constituída pelas funções de supervisão, monitoramento e assessoramento quanto a aspectos relacionados aos riscos e controles internos da gestão do órgão ou entidade;
- (C) os órgãos e entidades do Estado da Paraíba, para que o controle interno seja eficaz, deverão estabelecer objetivos claros a serem alcançados nos níveis estratégicos e de operações, objetivos esses especificados em cinco categorias distintas, em razão da gradação dos riscos de cada atividade;
- (D) tal sistema deve abranger a função de avaliação de conformidade, compreendida como atividade objetiva de verificação dos atos de gestão, com finalidade de confirmar se esses atos atendem às exigências legais aplicáveis e comunicar tempestivamente aos gestores, quando da ocorrência de não conformidade;
- (E) o controle interno compreende os métodos utilizados pela Administração para desenvolver a eficiência e eficácia nas operações e para avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos, com exceção de procedimentos específicos de diferentes órgãos do Poder Executivo, ainda que tenham a aludida finalidade.

34

Vílnea, após aprovação em concurso público, alcançou a estabilidade no cargo de auditora de contas públicas da Controladoria Geral do Estado da Paraíba. Há algum tempo, ela sofreu um grave acidente de carro. Após árduo tratamento, período em que ficou afastada, mas não houve a sua aposentadoria, Vílnea conseguiu se recuperar. A inspeção médica realizada por junta médica oficial ressaltou a sua aptidão para o trabalho, mas apontou algumas restrições em suas capacidades físicas e mentais.

Diante dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Complementar nº 58/2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba) e que não houve alteração na respectiva carreira no período em que a servidora ficou afastada, é correto afirmar que o provimento cabível na situação de Vílnea é:

- (A) a recondução ao cargo de origem, mas encontrando-se provido tal cargo, ela deverá ser aproveitada em outro cargo, com escolaridade e remunerações equivalentes ou posta em disponibilidade;
- (B) a readaptação em cargo de atribuições afins, respeitados a habilitação exigida, o nível de escolaridade e a equivalência de vencimentos, e, na hipótese de inexistência de cargo vago, ela exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga;
- (C) a reintegração em cargo de atribuições equivalentes, de acordo com o seu nível de escolaridade e com a remuneração que por ela era percebida quando do acidente, importando eventualmente na recondução de outro servidor que venha a estar ocupando tal cargo;
- (D) a reversão ao cargo de origem, a fim de que seja mantida a remuneração que por ela era percebida quando do acidente, não sendo possível o exercício como excedente, caso o cargo que ela ocupava esteja provido, situação em que ela deverá ser posta em disponibilidade;
- (E) a disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em cargo que seja compatível com o seu nível de escolaridade e com remuneração equivalente, bem como com as limitações constatadas pela junta médica.

35

No regular exercício de suas atribuições, certa autoridade administrativa competente proferiu decisão administrativa que, mediante motivação clara, explícita e congruente, estabeleceu nova interpretação acerca de um conceito jurídico indeterminado, impondo, por conseguinte, novo dever aos administrados, de forma distinta de prática que vinha, até então, sendo reiteradamente adotada pela Administração Pública, que era de amplo conhecimento público.

Diante dessa situação hipotética, à luz das normas sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, na forma do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB), é correto afirmar que a mencionada decisão:

- (A) é inválida, na medida em que não é possível a alteração de interpretação sobre norma de conteúdo indeterminado, sem a respectiva alteração legislativa;
- (B) há de determinar a invalidação de situações plenamente constituídas, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, com base na mudança posterior de orientação geral, mediante a devida justificação;
- (C) importará na viabilidade de revisão quanto à validade das situações anteriores à nova orientação exclusivamente na esfera judicial, considerando que a prática administrativa reiterada apenas pode ser imposta ao controle administrativo;
- (D) deverá ser implementada imediatamente para situações pendentes, independentemente da previsão de regime de transição, ainda que esse seja indispensável para que o novo dever seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente;
- (E) não poderá, nas esferas administrativa, controladora e judicial, respaldar a revisão quanto à validade dos atos cujos efeitos já tiverem se completado, para o que deve ser considerada a prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público até então adotada.

36

Diante de manifestações populares, visando a melhora na prestação de determinado serviço público estadual, concedido com base na Lei nº 8.987/1995, bem como pugnando pela diminuição no valor das respectivas tarifas, que recentemente sofreram aumento, Marcela decidiu aprimorar os seus conhecimentos em relação aos princípios que regem os serviços públicos, à luz do mencionado diploma legal e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, vindo a concluir corretamente que:

- (A) o serviço adequado é aquele que satisfaz, dentre outros aspectos, a continuidade, de modo que não é possível a sua interrupção em nenhuma hipótese;
- (B) o contrato de concessão em questão é regido pelo princípio da atualidade que compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço;
- (C) o Poder Concedente pode alterar unilateralmente o valor da tarifa por Decreto, sem a previsão da respectiva fonte de custeio, para atender às manifestações em questão, em decorrência do princípio da modicidade tarifária;
- (D) a fixação da tarifa, em decorrência do princípio da vinculação ao edital e ao contrato, deve levar em consideração a proposta vencedora da licitação, que somente poderá ser alterada em razão do percentual de reajuste estabelecido no respectivo instrumento;
- (E) o estabelecimento de tarifas, diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos, não é viável, considerando que o serviço adequado deve atender ao princípio da igualdade de tratamento entre os usuários.

37

Matheus obteve graduação em direito e cursou mestrado em políticas públicas, tendo atuado em projetos de pesquisa especialmente voltados para o saneamento básico. Diante de tal experiência, atuou como secretário de diversos Municípios nos últimos quinze anos. Contudo, em decorrência de condutas realizadas enquanto exercia tal cargo político no Município Delta, foi condenado pela prática de ato doloso de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário e que resultou, dentre outras penalidades, na aplicação de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos, por decisão proferida por órgão colegiado. Ocorre que o nome de Matheus está sendo cotado para ser indicado como diretor de certa empresa pública do Estado Ômega, que atua na área de saneamento básico.

À luz do disposto na Lei nº 13.303/2016, é correto afirmar que ele:

- (A) não pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois não preenche todos os requisitos cumulativos necessários para tanto, enquanto perdurarem os efeitos da sanção de suspensão dos direitos políticos;
- (B) não pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois, dentre outros requisitos, a norma exige a formação em engenharia que seja compatível com respectiva área de atuação no setor de saneamento básico;
- (C) pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois preenche os requisitos necessários para tanto, especialmente a experiência mínima necessária, considerando que atuou por mais de dez anos no setor público;
- (D) pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois preenche os requisitos cumulativos exigidos pela norma de regência quanto à experiência e formação, não existindo qualquer impedimento para tanto na situação descrita;
- (E) não pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois a referida condenação por ato de improbidade importa em inelegibilidade que impede tal indicação desde a decisão do órgão colegiado até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena.

38

Ao compulsar a Lei nº 14.129/2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública, Marieva deparou-se com uma definição que, para os fins da mencionada lei, corresponde à “disponibilização de dados pela administração pública independentemente de solicitações”.

Trata-se do conceito de:

- (A) transparência ativa;
- (B) transparência passiva;
- (C) transparência reativa;
- (D) transparência transversal;
- (E) universalização da transparência.

39

Após as devidas apurações, os agentes competentes do Estado da Paraíba tomaram conhecimento de que, no início do ano corrente, o agente público Asdrúbal, dolosamente, celebrou parceria com a associação Bemquerer, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, conduta essa elencada na norma de regência como ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, sendo que a conduta em questão não implicou perda patrimonial efetiva.

Acerca da aludida situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992 e suas alterações, bem como a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que:

- (A) a celebração de acordo de não persecução civil pelo Estado da Paraíba é possível, mesmo após a prolação de sentença condenatória pelo ato de improbidade administrativa;
- (B) a ausência de perda patrimonial efetiva afasta a responsabilização por improbidade administrativa;
- (C) o Estado da Paraíba não tem legitimidade para ajuizar ação de improbidade administrativa que causou prejuízo ao respectivo erário;
- (D) tanto Asdrubal quanto a associação Bemquerer respondem objetivamente pelo ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário;
- (E) apenas Asdrúbal pode responder pelo ato de improbidade administrativa em questão, na medida em que somente os agentes públicos podem praticar ato de improbidade.

40

As associações Bela e Glamourosa são organizações da sociedade civil que, nos últimos anos, celebraram regularmente instrumentos de parceria com o Poder Público, para a realização de projetos voltados para a proteção do meio ambiente, que é o principal foco de ambas, cuja atuação é reconhecida em âmbito internacional.

Ocorre que, recentemente, as duas associações vêm enfrentando problemas na prestação de contas atinentes a um ou outro dos instrumentos formalizados, sendo certo que a associação Bela está omissa com relação à prestação de contas condizente a certo termo de fomento, enquanto a Glamourosa teve suas contas rejeitadas pela Administração Pública no que tange a determinado termo de colaboração, mas a respectiva apreciação está pendente de decisão de recurso com efeito suspensivo. Os representantes de ambas as associações estão convictos da possibilidade de sanar as mencionadas irregularidades.

Considerando que tais associações estão interessadas em participar de chamamento público para a realização de um novo termo de fomento, à luz da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, guardadas as mencionadas circunstâncias e diante dos fatos estritamente narrados, é correto afirmar que:

- (A) apenas a associação Glamourosa está impedida de celebrar a referida parceria, em decorrência da rejeição das contas atinentes ao aludido termo de colaboração, independentemente do recurso apresentado;
- (B) nenhuma das duas associações poderá prontamente formalizar a aludida parceria, na medida em que ambas estão impedidas de realizar novos instrumentos com a Administração pelo prazo de cinco anos;
- (C) apenas a associação Bela está impedida de prontamente celebrar a referida parceria, diante da omissão verificada com relação ao termo de fomento, que caracteriza uma das hipóteses em que não é possível a formalização de nova parceria;
- (D) caso venha a sanar a omissão verificada, a associação Bela poderá prontamente formalizar a parceria em questão, mas a rejeição de contas no termo de colaboração da associação Glamourosa importa em impedimento para novas parcerias com a Administração pelo prazo de cinco anos, independentemente do recurso apresentado;
- (E) não há qualquer impedimento para que qualquer das duas associações formalize o aludido termo de fomento, considerando que ambas têm atuação reconhecida em âmbito internacional e que as irregularidades são pontuais e sanáveis.

Fundamentos da Auditoria Interna Governamental

41

Uma instituição de ensino superior realizou um processo de avaliação dos riscos associados à administração do alojamento estudantil e concluiu que não possuía internamente os requisitos e as funcionalidades para administrar de forma adequada um serviço de alojamentos. Assim, a instituição de ensino terceirizou a administração do alojamento a uma empresa de gestão patrimonial, com vistas a reduzir o impacto e a probabilidade de riscos relacionados com a propriedade.

A decisão tomada pela instituição de ensino após o processo de avaliação de riscos representa uma resposta ao risco, que implica:

- (A) aceitar;
- (B) compartilhar;
- (C) evitar;
- (D) moderar;
- (E) reduzir.

42

No planejamento de um trabalho de auditoria, os procedimentos de auditoria são definidos considerando o objetivo, a natureza e o escopo do trabalho, análises preliminares e uma série de características do objeto auditado. Na busca por evidências para fundamentar a formação da opinião do auditor, os procedimentos são realizados com diferentes finalidades.

Assim, quando a finalidade é avaliar se o desenho dos controles é adequado aos riscos inerentes que pretendem mitigar, devem ser realizados testes:

- (A) analíticos;
- (B) de detalhes;
- (C) substantivos;
- (D) de aderência;
- (E) de observância.

43

Ao desenvolver o seu trabalho, um auditor interno deve estar atento aos princípios éticos e a regras de conduta aplicáveis à sua área de atuação. Nesse contexto, ao comprometer-se em “divulgar todos os fatos materiais de seu conhecimento que, caso não sejam divulgados, possam distorcer o reporte sobre as atividades sob revisão”, o auditor interno está agindo em aderência ao princípio ético da:

- (A) integridade;
- (B) competência;
- (C) objetividade;
- (D) imparcialidade;
- (E) confidencialidade.

44

Após participar de um seminário sobre governança pública e ter contato com diversos relatos sobre os impactos da boa governança nos objetivos de uma organização, o gestor de uma entidade pública solicitou à sua assessoria direta que aplicasse o Novo Modelo das Três Linhas 2020 de *The Institute of Internal Auditors* à estrutura da entidade.

O gestor sempre questionava a relevância e a efetividade do trabalho da auditoria interna, mas ao analisar esse papel sob a ótica do novo modelo, o gestor compreendeu que a auditoria interna:

- (A) estabelece estruturas e processos para a governança organizacional;
- (B) monitora questões relacionadas à efetividade da gestão de riscos;
- (C) provê informações aos stakeholders acerca da supervisão organizacional;
- (D) protagoniza ações para atingimento dos objetivos organizacionais;
- (E) avalia de forma independente questões relativas ao atingimento dos objetivos da entidade.

45

Uma entidade pública definiu que uma das suas metas para um determinado exercício era promover a implantação da gestão de riscos e para isso nomeou um grupo de trabalho (GT), com servidores da estrutura de apoio administrativo da entidade. A primeira atividade do GT foi formular uma proposta de Política de Gestão de Riscos. Nessa proposta foram definidas diretrizes para cada etapa do processo de gestão de riscos.

No processo de gestão de riscos, a definição da matriz de riscos, das escalas de probabilidade e impacto e das escalas de avaliação de controles se encaixam na etapa de:

- (A) avaliação de riscos;
- (B) identificação de riscos;
- (C) monitoramento de riscos;
- (D) comunicação de riscos;
- (E) tratamento de riscos.

46

Uma entidade pública está estruturando o seu sistema de governança e designou um grupo de trabalho (GT) para, a partir de referenciais aplicáveis a entidades públicas, elaborar uma proposta a ser submetida à administração da entidade. O GT identificou que a governança organizacional pública deve ser estruturada a partir de mecanismos como liderança, estratégia e controle e que a estruturação de um sistema de governança se dá pela adoção de práticas relativas a cada um desses mecanismos. Uma prática relacionada ao mecanismo da estratégia pode ser exemplificada por:

- (A) promover a integridade;
- (B) garantir a accountability;
- (C) estabelecer o modelo de governança;
- (D) avaliar a satisfação das partes interessadas;
- (E) monitorar o desempenho das funções de gestão.

47

Uma instituição pública de ensino de grande porte foi requisitada por um órgão de controle a promover um processo de redimensionamento de suas unidades com prerrogativas de contratação de bens e serviços por meio da execução orçamentária e financeira. A instituição contava com 50 dessas unidades e passou para 20, com uma maior centralização das referidas prerrogativas. Após um ano do redimensionamento, o órgão de controle faria uma avaliação inicial dos impactos desse processo.

Um instrumento de fiscalização adequado para essa avaliação é o(a):

- (A) auditoria;
- (B) inspeção;
- (C) levantamento;
- (D) monitoramento;
- (E) acompanhamento.

48

Como parte dos procedimentos planejados para um trabalho de auditoria, um auditor interno acompanhou, *in loco* e sem agendamento prévio, uma comissão de servidores de uma entidade pública executando as atividades associadas ao recebimento de bens e materiais adquiridos pela entidade. Ao final de cada período de acompanhamento, o auditor interno registrou se as atividades foram desempenhadas de acordo com os padrões definidos.

Esse procedimento realizado pelo auditor corresponde a um(a):

- (A) indagação;
- (B) observação;
- (C) confirmação;
- (D) inspeção física;
- (E) reexecução de atividades.

Controle na Administração Pública

49

No contexto dos controles exercidos sobre a atividade financeira do Estado, a Constituição Federal dispõe expressamente sobre as competências dos poderes e órgãos.

No caso dos tribunais de contas, as atividades de controle exercidas por eles:

- (A) devem ser prioritárias a entidades que compõem a administração direta;
- (B) são direcionadas ao aperfeiçoamento dos controles internos dos jurisdicionados;
- (C) são facultativas quanto à perspectiva de desempenho operacional;
- (D) se estendem sobre a execução orçamentária e aspectos de gestão fiscal;
- (E) têm foco nas prestações de contas de final de gestão.

50

Os controles sobre a atividade financeira do Estado colaboram para a consolidação democrática e subsidiam, mediante o acesso à informação relevante e fidedigna, o controle social. Esses controles, também chamados de fiscalização no texto constitucional, são exercidos sob diferentes perspectivas e objetivos.

Uma dessas perspectivas é a fiscalização operacional, que tem entre os seus objetivos:

- (A) avaliar o grau de cumprimento dos objetivos e metas previstos na lei orçamentária;
- (B) examinar e verificar a regularidade e a correção técnica da escrituração;
- (C) possibilitar um controle sobre a regularidade dos registros e a utilização dos bens públicos;
- (D) verificar se as contas públicas representam a efetiva situação financeira de uma entidade;
- (E) verificar a realização dos planos de governo, em vista de evitar que os recursos sejam aplicados com desvio de finalidade.

51

Uma entidade pública recebeu um pedido de acesso à informação que na verdade representava um questionário de pesquisa acadêmica, com questionamentos sobre a estrutura de gestão de riscos da entidade e providências efetivas adotadas para a sua implantação. As informações não estavam prontamente disponíveis nos moldes solicitados e precisariam ser elaboradas.

À luz da Lei de Acesso à Informação, o referido pedido:

- (A) deve ser respondido imediatamente;
- (B) deve ser respondido após o processamento da informação, em prazo regulamentar;
- (C) está fora do escopo da referida lei, por se tratar de um questionário de pesquisa;
- (D) pode ser negado por se referir a informações não oficiais sob custódia da entidade;
- (E) pode ser respondido em prazo equivalente a 45 dias úteis, mediante justificativa.

52

Ao avaliar se uma entidade pública atende aos requisitos de transparência quanto à divulgação em tempo real de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, um dado NÃO exigido expressamente quanto à despesa refere-se a:

- (A) identificação da fonte de custeio;
- (B) número do correspondente processo;
- (C) procedimento licitatório realizado, se aplicável;
- (D) descrição do bem fornecido ou serviço prestado;
- (E) identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento.

53

Ao ser empossado após aprovação em concurso público, um servidor foi lotado na superintendência geral de licitações e contratos de um ente público. O servidor ficou diretamente subordinado ao diretor de licitações, que supervisionava o trabalho no servidor na instrução dos processos licitatórios.

Essa supervisão, que decorre do poder hierárquico, pode ser enquadrada no âmbito das atividades de controle:

- (A) interno;
- (B) do mérito;
- (C) operacional;
- (D) da legalidade;
- (E) de desempenho.

54

Dada a sua natureza, a atividade financeira no Estado não pode prescindir de estruturas definidas de controle com o fim último de salvaguardar os recursos públicos.

Nesse contexto, os controles sobre a atividade financeira do Estado:

- (A) são efetivos somente quando executados de forma prévia ou concomitante;
- (B) subsidiam o julgamento das contas dos responsáveis pela execução orçamentária;
- (C) não são baseados em sistema de auditoria, mas em critérios de legalidade e legitimidade;
- (D) têm aplicação circunscrita às receitas e despesas objeto de planejamento orçamentário;
- (E) são mandatórios para entidades da administração direta e facultativos para as da administração indireta.

55

Na aplicação de uma sanção por dano patrimonial relacionado à improbidade administrativa, sob o amparo da Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, caso o juiz considere que, em virtude da situação econômica do réu, o valor da multa calculado nos termos da lei seja ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade, a multa aplicada:

- (A) pode ser aumentada até o dobro;
- (B) deve ser aumentada a critério do juiz e considerando a extensão do dano;
- (C) deve ser acompanhada de prestação de serviços comunitários;
- (D) deve ser cumulativamente acrescida de outras sanções de natureza financeira;
- (E) pode ser reduzida em até um terço, desde que haja ressarcimento integral ao erário.

Administração Financeira e Orçamentária

56

Um ente federado recebeu um pedido amparado pela Lei de Acesso à Informação no qual foi solicitada a disponibilização de informação pormenorizada acerca do que se pretende alcançar com a implementação de políticas públicas na área de gestão ambiental e sustentabilidade ao longo do exercício financeiro corrente.

O pedido pode ser atendido com o fornecimento de informações:

- (A) categorizadas por grupo de natureza de despesa;
- (B) constantes no relatório resumido da execução orçamentária;
- (C) da estrutura programática da despesa;
- (D) dos anexos da lei de diretrizes orçamentárias;
- (E) organizadas conforme a respectiva função governamental.

57

O Art. 3º da Lei estadual nº 12.736/2023 dispõe, nesses termos, que:

“Na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serão prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes de municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano, inclusive a periferia das cidades de médio e grande porte do Estado”.

Ao tratar desse conteúdo, a referida Lei deve dispor também sobre:

- (A) parâmetros para redução das desigualdades inter-regionais;
- (B) diretrizes relativas à execução dos programas de duração continuada;
- (C) objetivos relativos às despesas de capital e outras delas decorrentes;
- (D) limites para elaboração das propostas orçamentárias do Poder Judiciário;
- (E) programação de despesas relativas à dívida pública, mobiliária e contratual.

58

Um instrumento que desde 2015 tem alterado a dinâmica de aplicação de recursos do orçamento da União são as emendas parlamentares impositivas, conforme demonstrado na tabela a seguir, com valores executados expressos em milhões de reais:

Ano	Tipo		Total
	De bancada	Individual	
2015	-	1.810,3	1.810,3
2016	-	4.194,9	4.194,9
2017	644,2	3.628,7	4.272,9
2018	1.564,5	7.259,3	8.823,8
2019	2.023,9	6.521,5	8.545,4
2020	4.273,6	8.195,0	12.468,6
2021	4.097,7	8.466,4	12.564,1
2022	4.008,8	9.385,6	13.394,4
2023	4.312,1	16.147,9	20.460,0
Total	20.924,8	65.609,6	86.534,4

Nota: Valores de 2023 atualizados até 09/11/2023.

Fonte: Tesouro Transparente.

A análise dos valores apresentados na tabela, à luz do regramento sobre emendas parlamentares no âmbito federal, permite afirmar que:

- (A) desde 2015, as emendas parlamentares impositivas representam 2% da receita corrente líquida do exercício;
- (B) o montante destinado às emendas parlamentares impositivas é dividido em quotas iguais entre senadores e deputados;
- (C) no ano de 2022, pelo menos cerca de R\$ 6,7 bilhões devem ter sido destinados a ações e serviços públicos de saúde;
- (D) o montante de recursos de emendas de bancada deverá ser integralmente aplicado em investimentos na área de saúde;
- (E) em 2021, o montante total de emendas impositivas deveria representar até 2,2% da receita corrente líquida de referência.

59

Um ente público alugou um imóvel para instalação de uma das suas secretarias. Para adequar o imóvel às necessidades do ente foi necessário adquirir e instalar divisórias removíveis e persianas. Um servidor recém-lotado da divisão de gestão patrimonial do ente tinha dúvidas quanto ao tratamento contábil desses itens, dada a sua natureza, e foi orientado que tais itens:

- (A) terão seu valor descontado do valor do aluguel do imóvel;
- (B) devem ser, em geral, tombados como material permanente;
- (C) serão classificados como despesa orçamentária de natureza corrente;
- (D) devem ser tratados como despesas do exercício em que foram adquiridos;
- (E) não estão sujeitos à depreciação sistemática, por estarem instalados em imóvel de terceiros.

60

O trecho a seguir foi extraído da LOA 2023 de um Estado da Federação:

“Art. 2º A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social somam R\$ 17.142.931.453,00 (dezessete bilhões, cento e quarenta e dois milhões, novecentos e trinta e um mil e quatrocentos e cinquenta e três reais).”

O trecho em destaque indica que:

- (A) as despesas do orçamento da seguridade social devem ser complementadas com receitas extraorçamentárias;
- (B) as receitas arrecadadas além do previsto no exercício só podem cobrir despesas autorizadas em períodos anteriores;
- (C) as receitas primárias não devem ser inferiores ao valor total estimado para a arrecadação;
- (D) uma operação de crédito precisa ser realizada para cobrir os investimentos do ente;
- (E) tanto receitas efetivas quanto não efetivas são consideradas na estimativa de receita do ente.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

61

Uma empresa pública emitiu títulos (debêntures) no valor de R\$ 100 mil para realização de obras de exploração de equipamentos culturais na capital e região metropolitana de um Estado da Federação. Os títulos emitidos possuem cotação na Bolsa de Valores. No ano 1, a empresa pública realizou a captação do recurso e construção das instalações. Nos anos seguintes, foram registradas as cotações dos títulos apresentadas a seguir.

Ano 2	R\$ 107.000,00
Ano 3	R\$ 103.000,00
Ano 4	R\$ 108.000,00

À luz das disposições da NBC TSP Estrutura Conceitual sobre mensuração de ativos e passivos nas Demonstrações Contábeis, no ano 4 recomenda-se que o passivo relativo a essa emissão de títulos seja evidenciado pelo(a):

- (A) média da cotação no mercado desde o lançamento do título;
- (B) valor da cotação no mercado no encerramento do exercício;
- (C) valor histórico, sendo ajustado apenas na data do vencimento;
- (D) valor mais provável do desembolso na data do vencimento;
- (E) custo de cumprimento da obrigação junto aos detentores do título.

62

As operações intraorçamentárias decorrem da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de tributos entre órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades também integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Nessas operações deve ocorrer o registro de receita e despesa intraorçamentárias, as quais diferem das descentralizações financeiras para execução do orçamento, exemplificadas por:

- (A) recolhimentos mensais de contribuições patronais ao RPPS;
- (B) contratações de empresas estatais dependentes para prestação de serviços;
- (C) recolhimento de tributos do próprio ente por empresas estatais dependentes;
- (D) aportes mensais com valores definidos em plano de amortização instituído para o equacionamento do déficit atuarial do RPPS;
- (E) repasses financeiros em duodécimos aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias desses órgãos.

63

Na estrutura das classificações orçamentárias, a dimensão financeira estima o montante necessário para o desenvolvimento da ação orçamentária de acordo com categorias preestabelecidas.

Ao analisar a adoção da estrutura de classificação dos componentes da programação financeira, deve-se considerar que a categoria modalidade de aplicação:

- (A) se desdobra em aplicação direta e aplicação delegada;
- (B) dá suporte ao controle das vinculações de recursos legalmente previstas;
- (C) deve ser observada exclusivamente no registro de operações intergovernamentais;
- (D) objetiva evidenciar o impacto da aplicação dos recursos na área de atuação do ente;
- (E) possibilita diferenciar transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos.

64

Uma entidade pública desenvolve atividades que envolvem atendimento e prestação de serviços ao público externo, relativo à emissão de documentos de identificação. A entidade ocupava dois imóveis de sua propriedade para desenvolver suas atividades. Após uma mudança na gestão da entidade, foi decidido que um dos imóveis, o de menor área, seria desocupado e disponibilizado para locação, com o objetivo de gerar receitas próprias pela entidade.

Dada essa mudança de destinação, o imóvel desocupado pela entidade deve:

- (A) ser mantido no ativo imobilizado e ter testado o seu valor recuperável;
- (B) ser transferido do ativo imobilizado para o subgrupo propriedade para investimento;
- (C) ser tratado como operação descontinuada, com impacto em ajustes de avaliação patrimonial;
- (D) ter seu saldo de depreciação acumulada zerado em contrapartida ao resultado do exercício;
- (E) ter seu valor reavaliado no encerramento do exercício em que se efetivou a mudança de uso.

65

Uma entidade pública tem como objetivo a prestação de assistência e orientação jurídica aos cidadãos que não possuem condições financeiras de pagar as despesas desses serviços. Para atingir esse objetivo, a entidade conta com um corpo de servidores, sendo que parte atua na área de atendimento jurídico e parte é responsável pelas atividades administrativas. A entidade ainda conta com contratos de terceirização de mão de obra com dedicação exclusiva para os serviços de manutenção predial, segurança, e limpeza e conservação. Como entidade prestadora de serviço, os gastos relacionados a recursos humanos e serviços terceirizados são os mais relevantes em seu orçamento.

Sob a perspectiva da gestão de custos tratada na NBC TSP 34, os gastos da entidade com contratos de terceirização de mão de obra devem ser enquadrados como:

- (A) custos diretos;
- (B) custos variáveis;
- (C) objetos de custo;
- (D) custos de suporte;
- (E) direcionadores de custo.

66

Uma instituição pública de ensino realizou um processo licitatório para aquisição de 20 aparelhos de ar-condicionado do tipo split para instalação em um novo módulo de salas de aulas. A empresa vencedora da licitação entregou os aparelhos em 01/09/20X3, com 30 dias de atraso. O fiscal do contrato constatou divergência entre as especificações do edital de licitação e os aparelhos entregues, de forma que precisaram ser devolvidos. A segunda entrega, com as especificações corretas, foi feita em 01/10/20X3. Foi necessária uma readequação nas instalações elétricas para a colocação dos aparelhos, concluída em 01/11/20X3. A instalação dos aparelhos foi concluída em 01/12/20X3, data em que foram feitos testes de carga e vistoria de segurança, com aprovação de técnicos autorizados. As salas em que os aparelhos foram colocados começaram a ser usadas a partir de 15/12/20X4 para aulas de cursos de férias previamente programados na instituição.

Com base nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no caso em tela a depreciação dos aparelhos:

- (A) deve ser iniciada com a conclusão de sua instalação;
- (B) deve ser apurada a partir do início do seu uso efetivo;
- (C) é facultada a partir da entrega definitiva pelo fornecedor;
- (D) traz impactos para o patrimônio do ente somente a partir do exercício de 20X4;
- (E) deve ser iniciada em data definida pelo laudo de vistoria dos técnicos autorizados.

67

No contexto da consolidação das contas públicas, o PCASP enumera os casos em que transações serão incluídas ou excluídas na consolidação.

Um caso em que o passivo e a variação patrimonial diminutiva (VPD) serão incluídos na consolidação do ente e na consolidação nacional pode ser exemplificado por:

- (A) doação de bem imóvel a um Estado pela União;
- (B) depreciação de bens imóveis alugados a terceiros;
- (C) prestação de serviços ao ente por um fornecedor privado;
- (D) transferência de bem imóvel pela Assembleia Legislativa à Controladoria Geral do mesmo Estado;
- (E) transferência de valores do Fundo de Participação dos Estados (FPE) pela União ao Estado.

68

O servidor recém-empossado em uma Secretaria Estadual de Saúde foi solicitado a apresentar uma planilha com informações sobre o custo mensal de materiais descartáveis distribuídos gratuitamente para exames laboratoriais realizados nas unidades de saúde do ente. Esses materiais são adquiridos pela Secretaria e mantidos em almoxarifado, com requisições periódicas por parte das unidades de saúde.

Ao consultar as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e a legislação aplicável acerca dos estoques para preparar a planilha, o servidor constatou que materiais de almoxarifado devem ser mensurados pelo:

- (A) custo médio de reposição das compras;
- (B) preço médio ponderado das compras;
- (C) preço presumido ou valor realizável;
- (D) valor de mercado ou valor recuperável;
- (E) valor justo ou custo corrente de reposição.

69

Considere o extrato do balanço patrimonial a seguir oriundo das demonstrações contábeis anuais de um Estado da Federação.

ATIVO CIRCULANTE	2017	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 1.719.769,00	R\$ 1.642.808,00
Créditos do Curto Prazo	R\$ 311.971,00	R\$ 710.497,00
Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 69.169,00	R\$ 66.890,00
Estoques	R\$ 1.233.932,00	R\$ 674.056,00
VPD Pagas Antecipadamente	R\$ 79.230,00	R\$ 23.700,00
Total	R\$ 3.414.071,00	R\$ 3.117.951,00

A partir da análise das informações do extrato e à luz da estrutura de apresentação das demonstrações contábeis do setor público, é correto afirmar que:

- (A) o superávit financeiro apurado no último exercício apresentou aumento;
- (B) o ativo financeiro tende a ter saldo menor que o ativo circulante;
- (C) operações de crédito contribuíram para o aumento do capital circulante do ente;
- (D) o ativo circulante aumentou a sua participação na composição do ativo no último exercício;
- (E) notas explicativas são facultativas, já que não houve variação significativa nas contas.

70

No contexto da convergência aos padrões internacionais de contabilidade, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) traz elementos que aperfeiçoam a estrutura de apresentação das demonstrações contábeis do setor público.

A partir das disposições dessa estrutura, o item saldos de exercícios anteriores é evidenciado:

- (A) como fluxo de caixa operacional na demonstração dos fluxos de caixa;
- (B) no ativo circulante, quando se refere a recursos extraorçamentários;
- (C) no balanço orçamentário, após o detalhamento das receitas arrecadadas no período;
- (D) apenas em notas explicativas ao balanço financeiro, caso seja considerado relevante;
- (E) no balanço orçamentário somente se estiver vinculado a créditos adicionais que podem ser reabertos.

71

Considere o decreto hipotético a seguir.

Decreto Executivo nº 1.979, de 23 de julho de 2023

“Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento no valor de R\$ 774.938,00 (setecentos e setenta e quatro mil, novecentos e trinta e oito reais)”

O Prefeito do Município de Treze Canoas, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando que o Poder Legislativo Municipal aprovou projeto de lei autorizando a abertura de Crédito Adicional Suplementar no supracitado valor, consolidado pela Lei Municipal nº 1.344, de 26 de junho de 2023, e por ser necessário que os créditos adicionais sejam abertos por Decreto do Poder Executivo;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no orçamento no valor de R\$ 774.938,00 (setecentos e setenta e quatro mil, novecentos e trinta e oito reais) destinados às dotações orçamentárias seguintes, as quais ficam incluídas na Lei Orçamentária Anual - LOA, do exercício de 2023:

Descrição e justificativa do objeto	Valor
Aquisição de uniformes de inverno e verão para os alunos da rede municipal de ensino	R\$ 100.000,00
Contrato de serviços de gestão com organização social de saúde	R\$ 674.938,00
Total	R\$ 774.938,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Treze Canoas, 23 de julho de 2023.

Prefeito do Município

À luz da legislação aplicável à abertura de créditos adicionais, no decreto hipotético supracitado estão faltando:

- (A) classificação da despesa e data de vigência do crédito adicional;
- (B) indicação de fontes de recursos disponíveis e classificação da despesa;
- (C) indicação de previsão na LDO para abertura do crédito e de fontes de recursos;
- (D) demonstração de ocorrência de situação emergencial para abertura do crédito e data de vigência do crédito adicional;
- (E) avaliação do impacto do aumento de despesa no resultado primário e estimativa da margem de expansão da despesa.

72

Um pesquisador estava fazendo uma coleta de dados de uma pesquisa e precisa de informações comparativas acerca da aplicação de recursos orçamentários ao longo de 5 anos com os seguintes itens:

- Pensões
- Benefícios de prestação continuada
- Benefícios eventuais
- Políticas públicas de transferência de renda

Considerando que o pesquisador deveria coletar as informações de cada ano em um mesmo documento, ele deve recorrer:

- (A) às notas explicativas apresentadas junto ao RCPG de cada exercício;
- (B) ao plano plurianual, nos programas do governo relativos à área de assistência;
- (C) ao balanço orçamentário, no detalhamento por grupo de natureza da despesa;
- (D) à demonstração das variações patrimoniais, no subgrupo benefícios previdenciários e assistenciais;
- (E) ao relatório resumido da execução orçamentária, no anexo relativo a despesas por função e subfunção.

73

O foco da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) está no equilíbrio e na responsabilidade na gestão fiscal, principalmente a partir do controle e imposição de limites relativos a gastos com pessoal e endividamento.

No que tange ao endividamento, a legislação prevê que a apuração do montante da dívida consolidada para fins de verificação do atendimento do limite se dará no(a):

- (A) encerramento de cada quadrimestre;
- (B) contratação de novas operações de crédito;
- (C) encerramento de cada exercício financeiro;
- (D) aprovação das metas fiscais previstas na LDO;
- (E) envio da prestação de contas anual ao respectivo órgão de controle.

74

No contexto do ciclo de execução orçamentária, tem-se o instrumento da descentralização dos recursos financeiros vinculados ao orçamento, no qual o repasse:

- (A) é vinculado a uma descentralização externa;
- (B) ocorre no âmbito da provisão ou movimentação interna;
- (C) pode ocorrer somente entre órgãos da administração direta;
- (D) depende da assinatura de termo específico para sua execução;
- (E) pode ter sua finalidade alterada mediante autorização do executor da despesa.

75

Tanto em entidades privadas quanto públicas as informações contábeis são preparadas para atingir determinado propósito. E, independentemente desse propósito, para que a informação seja considerada útil, ela deve atender a alguns atributos, que o texto da NBC TSP Estrutura Conceitual chama de características qualitativas.

Ao elaborar os RCPGs, a entidade deve ter em conta que:

- (A) nem todas as características qualitativas se aplicam a informações não financeiras;
- (B) os atributos da relevância e da representação fidedigna estão sujeitos a restrições inerentes;
- (C) o valor confirmatório de uma informação se verifica a partir do atributo da compreensibilidade;
- (D) uma informação contida no RCPG não perde sua utilidade se não alcançar todas as características qualitativas;
- (E) a utilidade de informações históricas e prospectivas contidas no RCPG não se define pelas características qualitativas, mas pela gestão da entidade.

Contabilidade Geral e Societária

76

Uma empresa apresentou cinco processos trabalhistas, da mesma natureza, julgados contra ela por juízes diferentes, em que há chances de pagamentos das indenizações reclamadas. A probabilidade de ocorrência dos desembolsos futuros é dada pela tabela a seguir.

Processos	Desembolso	Probabilidade de ocorrência
A	R\$ 50.000	75%
B	R\$ 70.000	15%
C	R\$ 20.000	80%
D	R\$ 100.000	75%
E	R\$ 60.000	20%

Considerando-se as informações apresentadas, será necessário o reconhecimento do(a):

- (A) passivo contingente no valor de R\$ 22.500;
- (B) provisão no valor de R\$ 30.200;
- (C) passivo contingente no valor de R\$ 60.000;
- (D) provisão no valor de R\$ 128.500;
- (E) provisão no valor de R\$ 151.000.

77

Uma empresa comercial vende eletrodomésticos e as informações sobre preços de venda e de custos dos produtos unitários são os seguintes:

Item	Preço de venda	Custo
Geladeira	R\$ 600	R\$ 260
Fogão	R\$ 600	R\$ 275
Máquina de lavar	R\$ 800	R\$ 400

Os clientes podem contratar a compra individualmente pelos preços indicados ou um pacote de três itens pelo preço de R\$ 1.800. A partir disso, a empresa vendeu 100 unidades de máquina de lavar, com a política de devolução de 60 dias. As estimativas, com base na experiência anterior com vendas desse produto, indicam que 4% das unidades serão devolvidas. Em seguida, a empresa vendeu 300 pacotes de eletrodomésticos. A contratante pagou 20% em dinheiro na assinatura do contrato e pagará o restante na entrega. Para garantir a entrega dos pacotes de eletrodomésticos, a contratante oferece um pagamento de bônus de 10% se a empresa entregar em 30 dias. A vendedora estima que suas chances de cumprir o prazo dos 30 dias são de 90%, com base em uma série de contratos anteriores de escala semelhante.

Considerando-se as informações fornecidas, a empresa apresentará uma receita líquida total de:

- (A) R\$ 736.800;
- (B) R\$ 670.800;
- (C) R\$ 620.000;
- (D) R\$ 616.800;
- (E) R\$ 552.000.

78

A empresa Alfa irá fundir-se com a empresa Beta, ambas sociedades anônimas. Os termos da fusão serão de que Beta oferecerá duas de suas ações para cada ação de Alfa. Nessa operação não haverá contrapartida em dinheiro. O ativo de Beta é de R\$ 500 milhões e de Alfa é de R\$ 250 milhões. Após a emissão das ações, o conselho de administração será composto de 30% de diretores de Alfa e o restante de Beta. O grupo passará a ser denominado Grupo Beta. Três meses após a aquisição, 20% de Alfa é vendida.

Segundo as informações apresentadas e os preceitos do CPC 15 - Combinação de Negócios, a situação caracteriza:

- (A) operação em conjunto;
- (B) incorporação reversa;
- (C) aquisição hostil;
- (D) compra vantajosa;
- (E) Beta como adquirente.

79

Uma empresa comercial encerrou seu exercício fiscal em 31 de dezembro. O fechamento das demonstrações contábeis ocorreu em 14 de fevereiro. Em 28 de fevereiro, o conselho de administração aprovou a emissão das demonstrações contábeis. Posteriormente, os acionistas aprovaram as demonstrações contábeis em 5 de março. Por fim, as demonstrações foram publicadas em 28 de março. A partir dessas informações, analise os fatos a seguir.

1. Em 5 de janeiro, houve um declínio significativo do valor de mercado dos investimentos avaliados a valor justo de R\$ 600.000.
2. Em 15 de fevereiro, uma decisão judicial confirmou que a entidade já tinha a obrigação presente ao final do período contábil, mas que não havia sido previamente reconhecida no montante de R\$ 300.000.
3. Em 3 de março, a empresa identificou que um ativo, reconhecido durante o período contábil, precisava de um ajuste no montante da perda por desvalorização no valor de R\$ 200.000.

Considerando-se as informações apresentadas, a empresa precisa ajustar como evento subsequente às demonstrações contábeis um valor de:

- (A) R\$ 200.000;
- (B) R\$ 300.000;
- (C) R\$ 500.000;
- (D) R\$ 600.000;
- (E) R\$ 900.000.

80

Uma empresa divulgou o mesmo lucro líquido em X1 e X2 de R\$ 200.000. O ativo total aumentou em R\$ 50.000, de R\$ 2.400.000 para R\$ 2.450.000. As receitas avançaram em R\$ 400.000, de R\$ 1.800.000 para R\$ 2.200.000.

Considerando as informações apresentadas, de X1 para X2:

- (A) o giro do ativo diminuiu;
- (B) o endividamento diminuiu;
- (C) a liquidez corrente aumentou;
- (D) a rentabilidade do ativo diminuiu;
- (E) a margem operacional aumentou.

81

A companhia pode ter imóveis que sejam mantidos para fins de locação ou arrendamento ou para fins de valorização da propriedade, tendo em vista uma futura venda a terceiros, ou ambos os objetivos. A propriedade (terreno ou edifício) pode ser mantida pelo proprietário ou pelo arrendatário para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambos.

Dessa forma, a empresa pode escolher mensurar como política contábil de suas propriedades para investimento o método do valor:

- (A) justo ou método do custo e deve aplicar a política de custo para os edifícios e valor justo para os terrenos;
- (B) justo ou método do custo e deve aplicar a política escolhida a todas as suas propriedades para investimento;
- (C) em uso e método do custo corrente e deve aplicar a política de valor em uso para os edifícios e custo corrente para os terrenos;
- (D) de cumprimento ou método do custo e deve aplicar a política de custo para os edifícios e valor de cumprimento para os terrenos;
- (E) de mercado ou método do custo corrente e deve aplicar a política escolhida a todas as suas propriedades para investimento.

82

Uma empresa comercial apresentou a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de 20X3.

Descrição	Valor
Receitas	R\$ 100.000
Outras receitas	R\$ 20.000
Varição do estoque de produtos acabados	R\$ 40.000
Consumo de matérias-primas e materiais	R\$ 10.000
Despesa com benefícios a empregados	R\$ 5.000
Depreciações e amortizações	R\$ 20.000
Outras despesas	R\$ 2.000
Total da despesa	R\$ 77.000
Resultado antes dos tributos	R\$ 43.000
Impostos	R\$ 10.750
Lucro líquido	R\$ 32.250

As despesas apresentadas estão subclassificadas a fim de destacar os componentes do desempenho. Considerando-se a forma apresentada na DRE, observa-se o método da despesa por:

- (A) função;
- (B) operação;
- (C) natureza;
- (D) utilidade;
- (E) atividade.

83

Uma empresa comprou um jato executivo para uso da alta administração. O custo total foi de R\$ 15 milhões e seus principais componentes com custo significativo são: jato, motor e pneus. A empresa espera usar o método linear e estima que o jato seja utilizado por um período de 7 anos. O motor do jato tem vida útil de 5 anos e os pneus são trocados a cada 2 anos.

Considerando-se as informações apresentadas, os componentes serão depreciados pelo método linear ao longo de uma vida útil de:

- (A) 7 anos para os ativos baseado na prudência (a maior vida útil de todas as peças do jato);
- (B) 5 anos para o motor, 2 anos para os pneus e 7 anos para o jato;
- (C) 2 anos para os ativos baseado no conservadorismo (a menor vida útil de todas as peças do jato);
- (D) 5 anos com base numa média simples das vidas úteis de todos os principais componentes do jato;
- (E) 5 anos para o motor, 7 anos para o jato e os pneus são considerados manutenção periódica.

84

A empresa A detém 25% das ações da empresa B e 30% das ações da empresa C, ambos investimentos, caracterizando influência significativa. A empresa B vendeu para a empresa A, por R\$ 300.000, mercadorias que lhe custaram R\$ 100.000 (nada desses estoques foi vendido para terceiros). Ainda, a empresa A vendeu mercadorias para a empresa C com um lucro de R\$ 60.000 (nada desses estoques foi vendido para terceiros). O lucro líquido da empresa B é de R\$ 500.000 e da empresa C, de R\$ 400.000. Considere 34% de tributos sobre o lucro.

Com base nas informações apresentadas, a receita de equivalência patrimonial da empresa A é de:

- (A) R\$ 120.000;
- (B) R\$ 210.500;
- (C) R\$ 227.000;
- (D) R\$ 228.500;
- (E) R\$ 245.000.

85

Uma empresa S/A tem um investimento em um título de dívida emitido por outra empresa. O investimento foi adquirido por R\$ 400.000, no final de 2023, e tem uma vida de 3 anos com pagamentos de juros anuais de R\$ 40.000 fixos, pagos no final de cada ano. Esse investimento de dívida é classificado como mantido até o vencimento (custo amortizado). Contudo, a empresa emissora do título passou a enfrentar um ambiente econômico difícil e informou aos seus investidores que não poderá efetuar todos os pagamentos de acordo com os termos contratuais. Dessa forma, o contador da empresa S/A preparou a seguinte previsão de fluxo de caixa esperado para a situação.

Ano	Fluxo de Caixa esperado
2024	R\$ 35.000
2025	R\$ 35.000
2026	R\$ 385.000
Total dos fluxos de caixa	R\$ 455.000

Considere o valor presente de R\$ 262.962 para os R\$ 350.000 com vencimento em 3 anos e o valor presente de R\$ 87.040 para os R\$ 35.000 de juros anuais durante 3 anos.

Considerando-se as informações apresentadas, a perda por redução, ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2023, será de:

- (A) R\$ 49.998;
- (B) R\$ 55.000;
- (C) R\$ 65.000;
- (D) R\$ 65.998;
- (E) R\$ 120.000.

Finanças Públicas

86

Lei estadual criou um Fundo Especial do Judiciário local, estabelecendo a seguinte fonte de receita para o referido fundo: “saldos financeiros resultantes da execução orçamentária do Poder Judiciário, disponíveis ao final de cada exercício, ressalvado o valor inscrito em restos a pagar”. O governador do Estado, inconformado com essa lei, já em vigor quando do início de sua gestão, encaminha consulta quanto à sua constitucionalidade ao Órgão de Controle Interno.

Com base na legislação de regência e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a lei é:

- (A) inconstitucional, por existir proibição expressa no ordenamento jurídico para que o Poder Judiciário possa criar fundos especiais;
- (B) constitucional, pois atende à determinação constitucional que veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa;
- (C) constitucional, tendo em vista que o comando da Lei nº 4.320/1964 é destinado à esfera federal, ou seja, por não se tratar de lei nacional, não é de observância obrigatória pelos Estados, Municípios e Distrito Federal;
- (D) constitucional, pois, no caso em exame, não há a necessidade da abertura de créditos suplementares ou especiais, uma vez que o direcionamento dos saldos financeiros resultantes da execução orçamentária do Poder Judiciário pode ser estabelecido expressamente pela lei que cria o fundo;
- (E) inconstitucional, por transgredir dispositivo da Lei nº 4.320/1964, que determina que eventual superávit, apurado ao final do exercício financeiro, há de ser incorporado à conta única do Tesouro, viabilizando aos Poderes Executivo e Legislativo a definição do orçamento estadual, em consonância com o princípio da separação dos poderes.

87

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado da Paraíba, em determinado exercício, incluiu os inativos e pensionistas do Tribunal de Contas Estadual no cômputo do limite com as despesas de pessoal do referido órgão de controle externo. Ao se insurgir quanto ao ocorrido, a associação representativa dos Tribunais de Contas de âmbito nacional questiona a constitucionalidade da aludida lei orçamentária, através da proposição de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) junto ao Supremo Tribunal Federal.

No que se refere ao caso hipotético, a ADI deve ser julgada:

- (A) procedente, com a respectiva declaração de inconstitucionalidade da LOA, tendo em vista a ausência de previsão legal para a inclusão de inativos e pensionistas dos Poderes Judiciário e Legislativo, além dos demais órgãos autônomos, em suas respectivas despesas com pessoal;
- (B) improcedente, com a respectiva declaração de constitucionalidade da LOA, uma vez que cabe ao legislador estadual, em cada exercício financeiro, exercer o legítimo juízo de discricionariedade quanto à inclusão – ou não – dos inativos e pensionistas no cômputo das despesas de pessoal de cada órgão autônomo ou Poder independente;
- (C) procedente, com a respectiva declaração de inconstitucionalidade da LOA, considerando que cabe somente ao Poder independente ou órgão autônomo, *in casu*, ao Tribunal de Contas Estadual, incluir ou deixar de incluir os seus inativos e pensionistas no limite das suas despesas de pessoal;
- (D) improcedente, com a respectiva declaração de constitucionalidade da LOA, em razão de haver dispositivo constitucional no ordenamento jurídico brasileiro que respalda a inclusão dos inativos e pensionistas descrita no enunciado;
- (E) improcedente, com a respectiva declaração de constitucionalidade da LOA, uma vez que há previsão expressa na Lei de Responsabilidade Fiscal de que inativos e pensionistas devem estar inseridos dentro do limite de despesas de pessoal de cada órgão autônomo e Poder independente.

88

O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) de um determinado Estado da Federação autorizou, faltando três meses para o final de seu mandato, por meio da edição de ato normativo, a inclusão de uma gratificação na remuneração de parcela dos serventuários, o que provocou o aumento das despesas de pessoal daquele órgão. Como justificativa para o aumento das despesas, o presidente do TJ alegou que não haveria impacto financeiro para aquele ano específico, pois a gratificação somente viria a ser efetivamente implantada no exercício seguinte.

À luz da legislação vigente, em relação à legalidade da implementação da gratificação, trata-se de:

- (A) ato nulo de pleno direito;
- (B) ato anulável, passível de correção *a posteriori*;
- (C) ato válido e apto a produzir efeitos imediatos;
- (D) ato considerado inexistente pelo ordenamento jurídico;
- (E) ato ineficaz, que produzirá seus regulares efeitos após a devida ratificação.

89

O prefeito de determinado Município da Federação brasileira, preocupado com o elevado crescimento das despesas de pessoal daquele ente, encaminhou projeto de lei para a Câmara de Vereadores, de modo a possibilitar uma redução temporária da jornada de trabalho dos servidores públicos, da ordem de 25%, com a consequente adequação dos vencimentos à nova carga horária, ou seja, os vencimentos dos servidores seriam reduzidos na mesma proporção da diminuição da carga horária.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o projeto de lei é:

- (A) inconstitucional, pois há vício de iniciativa, sendo certo que cabe ao Poder Legislativo a iniciativa de leis que tratam da sustentabilidade fiscal do ente federativo;
- (B) constitucional, por se tratar de uma das exceções à garantia da irredutibilidade do subsídio e dos vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos;
- (C) inconstitucional, por ferir o princípio da razoabilidade, em seu aspecto substancial, uma vez que há no ordenamento jurídico a previsão de medidas menos drásticas para conter o crescimento das despesas de pessoal;
- (D) constitucional, uma vez que é muito menos rigoroso do que a medida de exoneração de servidores públicos estáveis prevista expressamente na Constituição Federal, e, portanto, em consonância com o princípio da proporcionalidade;
- (E) inconstitucional, em razão de a Constituição Federal não prever a hipótese específica de redução de vencimentos dos servidores públicos para os casos de descumprimento dos limites com despesas de pessoal, solução, aliás, que tem o condão de ferir a garantia da irredutibilidade dos vencimentos.

90

Fora realizado um acordo cooperativo entre a União e um Estado-membro da Federação, tendo por objetivo a transferência voluntária de recursos federais para que o Estado pudesse finalizar determinada obra pública que se encontrava paralisada. Com o pretexto de fiscalizar a aplicação dos referidos recursos, a Controladoria-Geral da União (CGU) instaurou uma auditoria de acompanhamento e destacou equipe de auditoria para exercer a fiscalização *in loco*.

O governador, ao tomar conhecimento da auditoria, pleiteou parecer sobre a questão junto ao Órgão de Controle Interno estadual, o qual deve concluir, corretamente, que a CGU:

- (A) não pode fiscalizar os recursos repassados pela União, pois, quando da data da efetiva transferência, os recursos passaram a integrar o patrimônio do Estado;
- (B) pode fiscalizar os recursos repassados pela União onde quer que as verbas federais estejam sendo aplicadas, mesmo que em outro ente federado para as quais foram destinadas;
- (C) não pode fiscalizar os recursos repassados pela União, pois o órgão que tem a atribuição constitucional de ser o órgão auxiliar do Congresso Nacional no exercício do controle externo é o Tribunal de Contas da União;
- (D) pode fiscalizar os recursos repassados pela União, tendo em vista que a fiscalização exercida pela CGU é interna, podendo, inclusive, abarcar os recursos estaduais que estão sendo empregados na finalização da obra;
- (E) pode fiscalizar os recursos repassados pela União, desde que a fiscalização seja realizada conjuntamente com o Tribunal de Contas da União, uma vez que, segundo determinação constitucional, a CGU deve assumir a função de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

91

Determinado Estado-membro da Federação brasileira incluiu, em sua Lei de Diretrizes Orçamentárias, tal como fizera a União, a previsão de Emendas do relator-geral do orçamento (conhecidas como Emendas RP 9).

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as Emendas RP 9 são:

- (A) constitucionais, uma vez que não existe qualquer dispositivo na Constituição Federal que as vede expressamente;
- (B) inconstitucionais, porque não existe previsão expressa dessa espécie específica de emenda orçamentária na Constituição Federal;
- (C) constitucionais, uma vez que cabe ao Poder Legislativo a escolha quanto à metodologia que entender mais adequada para a execução orçamentária e financeira;
- (D) constitucionais, uma vez que pertencem às espécies das emendas impositivas, isto é, que devem necessariamente ser observadas pelo Poder Executivo quando da execução orçamentária;
- (E) inconstitucionais, pois elas possibilitam a efetivação de despesas resultantes de negociações ocultas entre o Executivo e sua base parlamentar de apoio no Legislativo, o que viola os princípios republicano e da isonomia.

92

Durante a tramitação de um Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) encaminhado pelo presidente da República, um deputado, contrariado com o fato de a União estar efetuando vultosos pagamentos relativos a serviços da dívida pública, apresentou uma emenda para que parte dos recursos reservados ao pagamento da dívida fosse transferida para o pagamento de programas da área de saúde pública a serem disponibilizados à população.

À luz da legislação vigente, a emenda apresentada pelo deputado, é considerada:

- (A) inconstitucional, pois trata de hipótese ressalvada pela denominada “cláusula pétrea orçamentária”;
- (B) constitucional, uma vez que se encontra dentro das hipóteses possíveis de alteração orçamentária pelo Poder Legislativo;
- (C) constitucional, uma vez que a Constituição Federal estipula um percentual mínimo de aplicação de recursos na área de saúde pública;
- (D) inconstitucional, tendo em vista que o deputado, por iniciativa própria, não é legitimado para apresentar emendas às leis orçamentárias;
- (E) constitucional, pois, em juízo de proporcionalidade, a saúde pública merece ser contemplada com mais recursos orçamentários do que o pagamento de serviços da dívida pública.

93

A Lei nº 11.626/2020 instituiu o Plano Plurianual do Estado da Paraíba para o período 2020-2023. Tendo em vista a importância dessa lei orçamentária para o planejamento financeiro, contábil, orçamentário, operacional e administrativo do ente federativo, fora estabelecido, em um de seus anexos, os seguintes objetivos e metas quanto ao programa denominado “Pacto pela Juventude”:

“OBJETIVO: Institucionalizar a Política de Juventude.

Metas 2020-2023:

- Elaborar o Plano Estadual da Juventude, que norteará a gestão estadual e as gestões municipais para a implementação das políticas públicas para a juventude de maneira a incidir positivamente na emancipação, autonomia e garantia dos direitos juvenis.
- Elaborar o Sistema Estadual de Juventude, que atuará em consonância com os órgãos da gestão estadual, a partir do recorte geracional da juventude e com os municípios paraibanos.
- Fortalecer a população jovem de mulheres para a participação social e ocupação de espaços de poder e fortalecer a democracia participativa da população jovem de mulheres e da juventude negra e LGBT. Promover o diálogo com a juventude feminina para prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher e o diálogo com a juventude negra para identificação e prevenção ao racismo e violências. Fortalecer o protagonismo da juventude de comunidades tradicionais: Quilombolas, Ciganos, Indígenas e de religião de matriz africana”.

O governador remete a referida Lei instituidora do PPA do Estado para a análise do respectivo Órgão de Controle Interno, de modo a encaminhar as suas contas de governo do exercício para o Tribunal de Contas do Estado.

Com base no exposto, o parecer do Órgão de Controle Interno deve recomendar que o PPA:

- (A) ao incluir proposições aos municípios paraibanos, extrapola os limites constitucionais para a sua instituição;
- (B) ao estabelecer objetivos e metas bem definidos da administração pública estadual, atende aos requisitos constitucionais para a elaboração do Plano Plurianual;
- (C) não consolida o planejamento, não estabelece metas concretas e indicadores bem definidos, possuindo cunho meramente formal;
- (D) é legítimo, tendo em vista que o artigo que o regulamentava na Lei de Responsabilidade Fiscal foi integralmente vetado, o que resultou em ampla discricionariedade quanto à forma de sua confecção;
- (E) é inconstitucional por ter efetuado escolhas quanto aos programas a serem priorizados para o próximo quadriênio.

94

Determinado Estado-membro da Federação brasileira, em dado período financeiro, extrapolou o limite de endividamento público previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Apesar dessa irregularidade, o governador reivindicava, junto à União, o recebimento de transferências voluntárias para custear programas de transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade.

À luz da legislação vigente, em relação à legalidade do pleito realizado pelo governador:

- (A) a União não poderá transferir os recursos voluntários por haver expressa vedação legal;
- (B) a União não poderá transferir os recursos, pois, no caso concreto, não seriam direcionados para as áreas de educação ou de saúde;
- (C) a União deverá transferir os recursos por não haver livre discricionariedade, tendo em vista a natureza obrigatória dos referidos repasses;
- (D) a União poderá transferir ao Estado os recursos, uma vez que a natureza desses recursos se encontra dentro das exceções legais à sanção de suspensão de transferências voluntárias;
- (E) a União não poderá proceder à transferência dos recursos voluntários, uma vez que os programas de transferência de renda estão incluídos na competência privativa do ente federativo federal.

95

O governador de dado Estado-membro da Federação, com o objetivo de arrecadar recursos para aplicá-los em investimentos públicos de infraestrutura, resolve emitir títulos públicos mobiliários. Ou seja, para evitar o aumento da carga tributária a ser suportado pelos contribuintes, pretende dar preferência ao aumento da dívida pública, o que era, aliás, possível naquele momento, uma vez que cumpria os limites de endividamento previstos na legislação de regência. Em seguida, o governador remete ao Órgão de Controle Interno estadual consulta sobre o tema acima.

O auditor de contas públicas do referido órgão, em seu parecer, conclui que a emissão dos títulos públicos:

- (A) é inválida, por existir expressa vedação legal;
- (B) pode vir a ser considerada válida, desde que haja autorização expressa do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil;
- (C) é incorreta, uma vez que a renúncia de receitas tributárias exige que uma série de requisitos constitucionais e legais sejam observados;
- (D) é ilegítima, tendo em vista que recursos oriundos do endividamento público não devem ser aplicados em despesas de investimento, pois contraria a “regra de ouro” constitucional;
- (E) é legítima, tendo em vista que cabe ao gestor público a escolha quanto ao aumento da carga tributária ou ao aumento da dívida pública, desde que cumpridos os requisitos constitucionais e legais.

Economia do Setor Público

96

Em relação aos tributos sobre patrimônio, bens e serviços e suas relações com as propriedades desejáveis de um sistema tributário, é correto afirmar que:

- (A) os impostos sobre patrimônio, bens e serviços funcionam como estabilizadores automáticos da economia;
- (B) o imposto sobre bens e serviços não tem impacto sobre a equidade horizontal, mas pode sensibilizar a equidade vertical;
- (C) o imposto sobre bens e serviços não tem impacto nem sobre a eficiência, nem sobre a equidade, tanto horizontal quanto vertical;
- (D) o imposto sobre o patrimônio tem a vantagem de o governo alcançar a neutralidade plena, de forma a não acarretar efeitos distorcivos na economia;
- (E) o imposto sobre o patrimônio incidente sobre a propriedade imobiliária é o mais utilizado no mundo devido à facilidade de cobrança decorrente da imobilidade da base tributária.

97

Dentre as ações governamentais, é correto afirmar que, ao buscar os objetivos almejados no exercício da função alocativa, o governo:

- (A) regula a prestação de serviços de utilidade pública prestados por concessionárias;
- (B) incorre em déficit público provocado pelo aumento de gastos como forma de estimular uma economia recessiva;
- (C) adota uma política monetária de elevação das taxas de juros ao se deparar com um excesso de demanda agregada;
- (D) adota a política do imposto de renda negativo que implica a transferência de renda para os cidadãos menos favorecidos;
- (E) impõe alíquotas de impostos mais altos aos bens de luxo e mais baixos aos bens essenciais como forma de redistribuir a renda da sociedade.

98

Com base nos conceitos de déficit público e dívida pública, ao somarmos a variação da dívida líquida do setor público com as privatizações e expurgarmos outros ajustes patrimoniais, encontramos o(a):

- (A) déficit primário;
- (B) dívida fiscal líquida;
- (C) dívida líquida do governo geral;
- (D) dívida bruta do governo geral;
- (E) necessidade de financiamento do setor público.

99

No debate brasileiro no início dos anos 90 do século XX, após a verificação de queda do déficit operacional, argumentava-se que a alta inflação era benéfica ao reduzir o valor real do gasto público em relação aos valores comprometidos no orçamento. Assim, essa “política fiscal” de controle artificial do déficit público ficou conhecida como:

- (A) Efeito Patinkin;
- (B) Efeito Bacha;
- (C) Efeito Laffer;
- (D) Efeito Senhoriagem;
- (E) Efeito Oliveira-Tanzi.

100

De acordo com o princípio teórico da tributação denominado “princípio da capacidade de pagamento (ou capacidade de contribuição)”, é correto afirmar que:

- (A) o princípio é associado exclusivamente à função alocativa e não à função distributiva;
- (B) a progressividade dos tributos está inerentemente associada ao atendimento desse princípio;
- (C) a aplicação do princípio determina simultaneamente o total da tributação e a distribuição da carga tributária;
- (D) o sistema tributário não se torna distorcivo na alocação de recursos e, portanto, não prejudica a eficiência econômica;
- (E) a contribuição individual se dá no ponto em que o preço unitário do serviço se iguala ao benefício marginal de sua produção.

Realização

